

Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Tanguás: simulacros da liberdade nos últimos anos da escravidão em Campinas.

Valter Martins¹

RESUMO

A demolição do Mercado de Hortaliças de Campinas em 1885 dispersou os comerciantes que nele trabalhavam. Muitos retomaram suas atividades vendendo verduras, legumes e quitandas em estabelecimentos que ficaram conhecidos como tanguás. Concentrados na área do mercado demolido, os tanguás se tornaram lugares de múltiplas funções para seus frequentadores e de preocupações para autoridades municipais, policiais, sanitárias e vigilantes da moral e dos bons costumes. Os tanguás eram pontos de encontro de escravos nos momentos de folga ou mesmo em pleno “expediente”. Neles havia comida, cachaça, diversão e liberdade, permitindo que em seu espaço, quase sempre camuflado por um beco ou cortiço, se desenvolvessem momentos de intensa vida social e trocas culturais das classes populares: a conversa, o “mata-bicho”, o jogo, a dança e até mesmo o trabalho. Os tanguás eram a síntese cotidiana de várias transgressões aos Códigos de Posturas Municipais. Ali os escravos contavam com a cumplicidade dos proprietários e com as vistas grossas da polícia, não raras vezes acusada de confraternizar com quem devia vigiar e “manter na linha”. Apresentar alguns aspectos desse lado subversivo e ambíguo da ordem escravista urbana, representada pelos tanguás de Campinas no final da escravidão, constitui o objetivo dessa comunicação.

Em meados do século XIX a cidade de Campinas em São Paulo começava a colher os lucros do café. Naquele momento escravos eram trazidos de outras áreas do país enquanto as primeiras experiências com o trabalho livre dos imigrantes eram ensaiadas.² O aumento de sua população rural e urbana, escrava e livre, fez com que muitas transformações ocorressem na cidade nas décadas seguintes à Lei Euzébio de Queiroz.

A construção de um teatro para o lazer da elite e de um mercado para abastecimento com gêneros alimentícios na década de 1850, incluiu Campinas entre as cidades brasileiras que mais cedo passaram por uma série de intervenções urbanas que afetaram a vida de seus habitantes.³

Uma das preocupações das Câmaras Municipais desde os tempos coloniais era prover a população das vilas e cidades com gêneros de primeira necessidade através da organização e fiscalização de seu comércio, previsto nos Códigos de Posturas. Seu cumprimento, ou não, era

¹ – Doutor em História Social pela USP. Professor do Departamento de História na UNICENTRO/I (Universidade Estadual do Centro Oeste, PR – Campus de Irati)
email: valterirati@yahoo.com.br

² DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil** Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980. José Wells Thompson, morador de Campinas, comprava escravos nas “províncias do norte” sob encomenda. Cf: **Gazeta de Campinas**, 16/11/1879, n.º1775, p.3.

³ LAPA, José R. A. **A cidade. Os cantos e os antros** São Paulo: EDUSP, 1996. MARTINS,

Valter **História de compra & venda**. Mercados e abastecimento urbano em Campinas, 1859-1908. Tese de Doutorado FFLCH/USP, 2001.

verificado pelo almotacé ou fiscal, funcionário público com poder de multar, apreender mercadorias e até mesmo prender quem violasse as normas prescritas.

A necessidade de ordenar e melhorar o suprimento de alimentos frescos motivou a construção de um segundo mercado na cidade, o Mercado de Hortaliças⁴, inaugurado em 1872 no Largo da Cadeia. Sua localização central facilitava a vida de comerciantes e consumidores e, em princípio, facilitaria o controle e a vigilância daquele espaço e seus frequentadores por parte dos policiais.

No entanto, a vizinhança do Mercado de Hortaliças parecia concentrar problemas. Ali circulavam muitos escravos tanto da cidade como do campo. Entre uma e outra tarefa ou em momentos de folga, os escravos paravam em seus pontos de encontro, vários deles vizinhos ao Mercadinho. Eram verdadeiros territórios negros na forma de botequins, cortiços e quitandas, conhecidas na Campinas daquele tempo como tanguás. Em tais lugares os escravos ficavam mais à vontade, como se fossem livres. Assunto por certo não faltava, sobretudo se havia tempo e dinheiro para um copo de “parati”: os rendimentos do “ganho”; a quantas andava o pecúlio; um quarto de cortiço bom, barato e bem localizado; o senhor velho, doente e cheio de pecados que fez testamento; os castigos do feitor na fazenda e o desejo de vingança; uma linda “escravinha” chegada há pouco do norte com seu delicioso sotaque. Naqueles breves intervalos de liberdade, as vozes tantas vezes contidas, ecoavam estridentes, em meio ao ruído de copos, louças, balanças e, quem sabe, cantigas alegres ou tristes da velha África.

Mesmo diante de tantos limites os escravos encontravam maneiras de fruirm as boas coisas da vida, pelo menos por alguns momentos. Seu prazer e alegria poderiam subverter a ordem escravista, motivo mais que suficiente para que tais locais fossem suspeitos às autoridades.

Nas estreitas e sujas ruas ao redor do mercadinho, velhas casas de taipa viradas cortiços abrigavam gente pobre da rica Campinas. Negros, mulatos e brancos, nacionais e estrangeiros, compartilhavam a insalubridade, falta de conforto e as dificuldades da vida em uma sociedade escravista.

O mercadinho funcionava havia mais de dez anos quando surgiu um movimento para substituí-lo por um novo. Entre os argumentos apresentados à Câmara para tal mudança um deles buscava prevenir a dispersão do comércio de hortaliças e quitandas pela cidade, já que o

⁴ O Mercado de Hortaliças ficou conhecido como “Mercadinho” para distingui-lo do primeiro mercado da cidade, chamado de Mercado Grande após a inauguração do Mercadinho.

mercadinho estava pequeno para abrigá-lo. Tal dispersão era vista como prejudicial à saúde pública porque comprometeria a fiscalização da qualidade dos alimentos.⁵

Enquanto se discutia o futuro do Mercado de Hortaliças verdureiros e quitandeiras aos poucos se estabeleceram em pequenos negócios nas vizinhanças, os tanguás.

A Câmara decidiu pela demolição e mudança provocando furor no mercadinho. Vários negociantes que haviam pago suas licenças para o ano de 1885, solicitaram à Câmara que “não seja demolido o referido mercadinho antes que o novo se ache pronto, visto o vexame que lhes causará este fato se, tal como consta, acontecer.” A solicitação foi indeferida sugerindo-se que os comerciantes fossem reembolsados ou que usufríssem de sua licença transferindo-se para o Mercado Grande.⁶

Desalojados, vários comerciantes do Mercadinho de Hortaliças armaram suas tendas no Mercado Grande mas logo se arrependeram. No mercadinho os comerciantes tinham grande liberdade pois não havia um inspetor para vigiar seus movimentos o tempo todo como no Mercado Grande, o que gerou atritos com uma vendedora de lingüiça frita, um “preto mina” de tabuleiro e um quitandeiro. Os novos inquilinos perguntavam se, afinal, podiam ou não trabalhar ali.⁷

A demolição do Mercadinho provocou exatamente o que se desejava evitar com a construção de um mercado maior: a dispersão dos comerciantes. Ocorrida 14 meses antes da inauguração do novo Mercadinho de Hortaliças, forçou muitos deles a trabalhar por conta própria. Enquanto se construía o novo mercadinho aquelas pessoas encontraram nos tanguás a solução para ganhar a vida. A proliferação dos tanguás acarretaria problemas para o novo mercadinho, tanto quanto, à moral e salubridade públicas.

Inaugurado em 24 de dezembro de 1886, o novo Mercado de Hortaliças mobilizou a Câmara Municipal, imprensa, funcionários municipais e o “Zé Anônimo”, que enchia o local todo decorado com bandeiras. Discursos, banda de música, foguetes, cerveja para todos: “tudo muito bom; não faltou nada ... a não ser os quitandeiros que se tinham acororado nos seus quartinhos, que o Dr. Ricardo designou com o nome de tanguás.” Assim, em meio aos vivas e elogios ao novo mercado, uma observação do Correio de Campinas era reveladora: não fosse pelas “pobres uvas e uns tristes maxixes”, levados pelo único comerciante que arriscou

⁵ Arquivo da Câmara Municipal de Campinas (Arq.CMC de agora em diante), cx. C1/4, pasta.1885/II, 10/08/1885.

⁶ Atas da Câmara Municipal de Campinas (ACMC de agora em diante), 10/09/1885; ACMC, 21/09/1885; ACMC, 03/12/1886; Arq.CMC, cx. C1/4, pasta 1885/II, sem data.

⁷ **Correio de Campinas**, 27/08/1885, n.º 193, p.2; **Correio de Campinas**, 25/09/1885, n.º 217, p.2; **Correio de Campinas**, 02/10/1885, n.º 223, p.1.

comparecer, a inauguração do Mercado de Hortaliças teria acontecido sem nenhuma hortaliça.⁸

Os dias passaram e o novo mercado estava às moscas. O fiscal Luís Antonio Barbosa oficiou à Câmara recém empossada comunicando que até 10 de janeiro de 1887 havia alugado apenas uma banca. Sugeriu que o aluguel das bancas fosse reduzido. O mercadinho, orgulho da Câmara que o havia construído e inaugurado, parecia destinado ao fracasso. Caberia aos novos vereadores resolver o problema, além de arcar com a dívida da obra. Iniciou-se uma campanha para atrair comerciantes ao novo Mercadinho. O aluguel das bancas foi reduzido de 120\$000 réis para 60\$000 réis anuais. Sem resultados, seguiu-se nova redução, dessa vez para 40\$000 réis anuais. Ainda assim, o lugar continuou pouco freqüentado o que levou a Câmara a convidar os quitandeiros para instalarem-se ali gratuitamente pelo por 1 ano, desde que respeitassem o regulamento.⁹

Mas, até que a Câmara chegasse a essa medida em janeiro de 1888, é preciso retornar aos tanguás. Aqueles pequenos negócios fizeram grande sucesso entre os consumidores, especialmente os mais pobres.¹⁰ Os tanguás estavam onde o povo estava: nos bairros, nos cortiços, no centro da cidade. Com o mercadinho, a Câmara visava centralizar em um único local, restrito e vigiado, um tipo de comércio visto com reservas por envolver escravos, libertos e imigrantes que circulavam pelas ruas.

Quando o novo Mercadinho foi inaugurado muitos tanguás estavam estabelecidos. O aluguel de uma banca no mercadinho era muito alto, nada atraente aos comerciantes de hortaliças, frutas, quitandas, aves e carne, sem contar que nos tanguás os quitandeiros faziam seu próprio regulamento enquanto no mercadinho tinham que sujeitar-se ao regulamento da Câmara. Levando em conta essas e outras possíveis razões, os donos de tanguás avaliavam não ser vantajoso alugar banca no mercadinho, novo, bonito e higiênico que fosse.¹¹

Em dezembro de 1886 o vereador Ricardo Gumbleton Daunt sugeriu que a Câmara criasse um artigo de postura elevando a 100\$000 réis anuais o imposto sobre negócios de quitandas, os tanguás. Procurando tornar o novo Mercado de Hortaliças útil a Câmara teve na aprovação do novo imposto um de seus últimos atos antes do fim de seu mandato. A medida

⁸ **Correio de Campinas**, 04/01/1887, n.º 599, p.1; **Diário de Campinas**, 25/12/1886, n.º 3320, p.2.

⁹ Arq.CMC, cx. C3/4, pasta 1887/I, 10/10/1887; ACMC, 10/01/1887; ACMC, 20/01/1887; ACMC, 21/02/1887; **Gazeta de Campinas**, 23/03/1887, n.º 3944, p.2; ACMC, 23/01/1888.

¹⁰ **Diário de Campinas**, 22/01/1887, n.º 3341, p.1

¹¹ **Diário de Campinas**, 09/01/1887, n.º 3330, p.1.

visava desestimular aquele tipo de estabelecimento e forçar que aquele comércio ocupasse o seu “devido lugar”, o Mercado de Hortaliças.¹²

Em janeiro de 1887 o Diário de Campinas ponderava que havia sido um erro demolir o “imundo pardieiro” (o antigo Mercadinho), antes de ter construído o novo edifício. O imposto de 100\$000 réis tinha a clara intenção de destruir os tanguás. Segundo o Correio de Campinas, “vamos ver agora se se consegue que os quartinhos [tanguás] se fechem e se encha o mercado de verduras”.¹³

Para o Diário de Campinas, o imposto era mais que vexatório, era “absurdo”.¹⁴ O imposto para os tanguás deveria ser pago à vista no início de cada ano enquanto o aluguel de uma banca no novo mercado era menor e dividido em mensalidades. Com isso, a Câmara buscava impor o novo mercadinho aos comerciantes e ao público.

Se o Diário era contra o imposto que “esmagaria inteiramente uma classe tão modesta quanto ativa e prestante”, o Correio não apenas era a favor como o considerava baixo. Especulando sobre as causas da “aversão” dos quitandeiros em alugar bancas no Mercadinho por 5\$000 réis mensais e onde encontrariam melhores condições higiênicas e de trabalho, o Correio considerava que uma delas era a facilidade para estabelecerem seus tanguás.

Outro detalhe ajudava “explicar” aquela resistência. Os tanguás eram vistos por parte da sociedade e autoridades como “valhacouto de vagabundos e mulheres vadias, onde o vício encontra todas as facilidades para o seu desenvolvimento. As mesas do mercadinho não podem certamente dar aos alugadores os rendimentos das quitandas estabelecidas nos becos e lugares escusos”. O fato de um fiscal ter informado que alguns quitandeiros preferiam pagar o alto imposto a mudarem-se para o mercadinho foi motivo para que o Correio reivindicasse um imposto ainda maior, para que se atingisse dois objetivos com apenas uma medida: “povoar de quitandeiros o novo mercado e fechar os infectos e prejudicialíssimos tanguás”. Afinal, eram “baiúcas onde a devassidão campeia desbragada”.¹⁵

Havia certa imprecisão para referir-se àqueles espaços de variados comércios e freqüentadores. Tal imprecisão confundia até mesmo a imprensa: “tanguás... biombos, ou que diabo é!”, perguntava um articulista Correio de Campinas em janeiro de 1887.¹⁶ O fato de vários tanguás funcionarem em cortiços ou vizinhos a eles, possivelmente tenha contribuído

¹² APMC, 27/12/1886.

¹³ **Diário de Campinas**, 09/01/1887, n.º 3330, p.1; **Correio de Campinas**, 29/04/1887, n.º 692, p.1; **Correio de Campinas**, 23/01/1887, n.º 615, p.1.

¹⁴ **Diário de Campinas**, 12/01/1887, n.º 3332, p.1.

¹⁵ **Correio de Campinas**, 30/01/1887, n.º 620, p.1 (grifo meu); **Correio de Campinas**, 13/02/1887, n.º 631, p.1.

¹⁶ **Correio de Campinas**, 04/01/1887, n.º 599, p.1. O termo biombo, em princípio, era utilizado para referir-se aos cortiços quando associados à prostituição.

para associar aquele comércio aos cortiços e seus moradores, tidos, até prova em contrário, como gente suspeita.

Os tanguás podiam ser associados às pobres moradias das prostitutas, em geral os “biombos”, ou também ser apresentados com características de botequim. Um dos mais famosos tanguás/botequins da cidade localizava-se na Rua do Góis, esquina com o Largo Carlos Gomes, próximo ao Mercado Grande. Nele os “forrobodós e a sanfona, repetem-se todos os dias e aquela casa está se tornando o “great attraction” de quanto sujeito mal encarado anda aí por essas ruas. Qualquer dia teremos ali bordoeira grossa. Ao menos se a polícia entrasse no fandango”.¹⁷

Tanguás, vendas, biombos, botequins e quitandas. Esses termos mal delimitados quanto aos seus papéis e funções, muitas vezes eram utilizados como sinônimos, chamados desdenhosamente também de “baiúcas”, indicando estabelecimentos nos quais tradicionalmente se vendiam verduras, frutas e quitandas, mas que podiam oferecer cachaça e outros gêneros alimentícios para serem consumidos no local ou não. Sob o pretexto das compras cotidianas, do descanso ou de uma refeição, desenvolviam-se ali momentos de intensa vida social e trocas culturais das classes populares: a conversa, o “mata-bicho”, o jogo, a dança e até mesmo o trabalho¹⁸

Nas transformações urbanas do final do Oitocentos implementadas por higienistas e sanitaristas, os tanguás, cortiços e habitações populares foram considerados verdadeira ameaça à saúde pública. Ao saber sobre a ocorrência do cólera na Ilha Grande, Rio de Janeiro, o médico e vereador Ricardo Daunt afirmou “que é de notoriedade pública o estado imundo do interior das casas conhecidas por tanguás, e da falta de asseio em que vivem os indivíduos na maior parte das casas aglomeradas, tornando-se por isso um perigo à saúde pública a existência de tais casas...”. Para Daunt, os tanguás deveriam ser fechados, sendo negadas pela Câmara novas licenças para seu funcionamento.

Na guerra declarada aos tanguás pela Câmara não bastou a criação de um alto imposto. Outros meios foram utilizados para combater aqueles locais de comércio e sociabilidade popular como enfatizar suas características consideradas as mais negativas e reprováveis, atribuídas igualmente a seus freqüentadores, considerados vadios e indecentes.

Os tanguás campineiros encerravam várias semelhanças com os zungús cariocas. As múltiplas possibilidades de utilização de seu espaço e a indefinição do que vinham a ser

¹⁷ **Correio de Campinas**, 22/05/1887, n.º 711, p.2; **Gazeta de Campinas**, 24/05/1887, n.º 3994, p.2.

¹⁸ O espaço das vendas e quitandas, muitas vezes comandadas por mulheres, era visto como foco de tensões sociais pelas autoridades desde os tempos coloniais. Cf: FIGUEIREDO, Luciano, **O avesso da memória**. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII, Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

exatamente atormentavam as autoridades municipais e policiais que a pretexto de debelar problemas sanitários, manter a ordem e moral públicas, tinham aqueles locais sob estreita vigilância.

Os zungús do Rio de Janeiro no século XIX tinham forte matiz africano, expresso não apenas pelo nome mas pelas pessoas que reunia: negros escravos, libertos e livres, e pela comida neles servida: o angu. Mas os zungús, originalmente casas de angu, se revelaram também vendas de quitandas, moradias coletivas, casas de culto religioso, esconderijos para escravos, entre outras serventias, todas dignas de censura do ponto de vista das autoridades.

Representando um perigo em si, e pelo que podiam ocultar, os zungús incomodavam os não iniciados em seus mistérios. A tentativa de proscrever tais lugares no Rio de Janeiro data de 1833, quando a Câmara Municipal da Corte aprovou a postura de n.º 8: “São proibidas as casas conhecidas vulgarmente pelo nome de casas de zungú e batuque. Os donos ou chefes de tais casas serão punidos com penas de 8 dias de prisão e 30\$000 réis de multa e nas reincidências em 30 dias de prisão e 60\$000 réis de multa”.¹⁹

Em 1876 a Câmara Municipal de Campinas teve aprovado pela Assembléia Legislativa Provincial um novo Código de Posturas. Com 385 artigos, aos quais juntavam-se os regulamentos do Mercado Grande, do Mercado de Hortaliças e a nova Tabela de Impostos, ficou conhecido como o “código dos disparates”, sendo banido pelo clamor irado do povo.

Até que surgisse um novo código em 1880, artigos do código dos disparates, combinados com artigos de códigos anteriores, eram usados na medida das necessidades, resolvendo aqui, remediando acolá. Entre os artigos do Código de 1876, em seu Título IV “Sobre vozerias nas ruas, injúrias e obscenidades contra a moral pública”, encontrava-se o de n.º 93: “São proibidas as casas conhecidas vulgarmente pelo nome de casas de zungús e batuques. Os donos ou chefes de tais casas serão punidos com penas de 8 dias de prisão e 30\$000 réis de multa, e o dobro nas reincidências”. Essa cópia do artigo do antigo Código carioca, ou de algum outro pouco original, faz pensar no porquê da inclusão de tal artigo no código campineiro.

O termo zungú apareceu na Gazeta de Campinas em 1886, pouco antes da inauguração do novo mercadinho, em uma reclamação enviada por “uma pessoa ciosa da moral pública”. Dizia um cidadão que na Rua Lusitana, entre as ruas Conceição e do Góis, havia um “zungú”. “Aí praticam-se todos os dias as cenas mais vergonhosas e indignas. Também na Rua

¹⁹ SOARES, Carlos Eugênio Líbano, **Zungú: rumor de muitas vozes**, Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, p. 26-27.

Conceição, próximo à Rua Direita, em uma casa de quitanda, reúnem-se todas as noites uma súcia de sujeitos de todas as cores e de todas as idades que estão mesmo a pedir a atenção da polícia”.²⁰ O zungú aparece aqui como democrático espaço de reuniões das classes populares que para muitos eram, no mínimo, suspeitas, a exemplo das que aconteciam na mencionada casa de quitandas ou tanguá da Rua Conceição, no centro da cidade.

Exceto por essa referência no jornal e no Código de Posturas de 1876, a palavra zungú parecia não ser muito usual em Campinas. Entretanto, o artigo 93 do Código de 1876, proibindo zungús, tinha sua razão de ser. A “capital agrícola” de São Paulo absorvia cada vez mais braços para seus cafezais. A concentração de grande população escrava, inclusive de outras regiões e províncias, circulando nas vizinhanças e mesmo na cidade, não era algo a ser ignorado pela polícia que possuía um contingente reduzido e seria incapaz de enfrentar uma revolta.

Os pontos de encontro, de troca de experiências e informações de homens e mulheres cativos ou não em Campinas remetiam aos tanguás, tanto quanto os chafarizes e praças. Possivelmente, os tanguás fossem a versão local, ainda que diluída, dos zungús cariocas, mesclando negros e brancos, escravos e livres. As reuniões em tais lugares poderiam ter conseqüências nefastas na visão da Câmara e da polícia, uma preocupação que permaneceu além dos limites do Império. Na primeira tabela de impostos republicana em Campinas, de julho de 1890, os negócios de quitandas aparecem denominados também como “frejes” e “casas de comida”. As quitandas/frejes evocavam os tanguás, espaços nos quais não ocorria somente o comércio de alimentos. Os zungús, conhecidos ou não por esse termo em Campinas ou, na prática, conhecidos por tanguás, marcaram sua presença na vida da cidade e de seus habitantes naquele tempo de mudanças.²¹

Enquanto os tanguás resistiam o Mercado de Hortaliças seguia pouco freqüentado. Para complicar mais a vida dos quitandeiros ambulantes e dos tanguás a Câmara aprovou em 1886 um novo regulamento para o mercadinho. Todos teriam que permanecer ali até às 10 horas da manhã para terem seus produtos inspecionados, o que causaria atrasos e prejuízos, uma vez que os consumidores compravam logo pela manhã.

²⁰ *Gazeta de Campinas*, 15/10/1886, n.º 3818, p.1.

²¹ Arq.CMC, Livro de Posturas e Regulamentos 1884/1891, p.167.

Para alegria dos quitandeiros e de muitas donas de casa a medida foi alterada, permitindo que os gêneros alimentícios pudessem ser verificados a qualquer momento pelos fiscais, sem que precisassem permanecer um tempo determinado no mercadinho.²²

A edilidade estava desiludida com o fraco desempenho de seu Mercado de Hortaliças quando, em 1889, o vereador Ricardo Daunt sugeriu à Câmara a demolição do mercadinho. A sugestão foi rejeitada porque um edifício novo e que havia custado caro poderia ter alguma utilidade. Enquanto a Comissão de Saúde Municipal, liderada pelo Dr. Ângelo Simões e Ataliba Florence registrava mais um óbito por febre amarela na cidade, o Dr. Daunt levava nova proposta aos colegas: que o prédio do mercadinho fosse dividido em 14 compartimentos para depósito e comércio de gêneros inflamáveis e explosivos. Essa idéia perdeu-se em meio à terrível epidemia de febre amarela no primeiro semestre de 1889. Em setembro, o sobrevivente Daunt propunha a transformação do mercadinho em quartel da força pública.²³

A conjunção dos fatores discutidos até aqui contribuíram para que, quase três anos após sua inauguração, o novo Mercado de Hortaliças ainda estivesse subutilizado. Foi quando aconteceu o que parecia mais improvável. Chegou ao Paço Municipal uma representação assinada por 30 negociantes solicitando que o “edifício do Largo da Liberdade destinado ao mercadinho seja empregado ao fim a que foi feito”. Ficava claro que os mercados eram importantes ao comércio campineiro, em uma relação por vezes contraditória com outros locais de compra e venda e com a própria organização espacial da cidade e do cotidiano de seus moradores. Após tantas dificuldades para dar vida ao mercadinho, sem êxito, a Câmara indeferiu o pedido.²⁴

Esperava-se que o mercadinho cumprisse seu malfadado destino e fechasse suas portas. Mas não foi o que ocorreu. Aquele espaço acabou assumindo suas funções de abastecimento. O imposto alto e as epidemias que desorganizaram a vida da cidade certamente surtiram seus efeitos sobre os tanguás.

Por outro lado, a abolição colocou fim aos temores de possíveis revoltas tramadas no interior dos tanguás. Os “frejes”, que parecem ter sido a versão republicana dos tanguás, continuaram como pontos de encontro, abastecimento e sociabilidade das classes populares. Daquele momento em diante, mais que preocuparem as autoridades quanto à moralidade, passaram a preocupar quanto à vadiagem de seus freqüentadores, muitos deles, ex-escravos. A

²² Regulamento do Mercado de Hortaliças de 1886, Arq.CMC, Livro de posturas e regulamentos, 1884/1891, p. 94-98. Sobre as mudanças no regulamento: ACMC, 20/01/1887; ACMC, 31/01/1887; Arq. CMC, **Livro de correspondências 1886/1892**, pp. 28v e 29, 21/02/1887.

²³ ACMC, 04/03/1889; ACMC, 02/09/1889.

²⁴ ACMC, 09/12/1889; ACMC, 07/01/1890.

nova ideologia do trabalho, gestada no Império e levada adiante pela República, manteria aqueles lugares, botequins e vendas vigiados pela polícia, cada vez mais comprometida com o controle social das classes populares (perigosas?) nas cidades brasileiras.²⁵

²⁵ CHALHOUB, Sidney **Trabalho, lar e botequim** São Paulo: Companhia das Letras, 1886.